indeterminado e sem fins lucrativos, que entre outras fica a regular-se pelas cláusulas seguintes:

Denominação: “BALVINHAIS — Agrupamento de Baldios e Juntas de Freguesia Gestoras de Baldios do Concelho de Vinhais.

Sede: Lugar e freguesia de Alvaredos, concelho de Vinhais.

Objecto: “Gestão de áreas baldias, defesa do interesse dos compartes e dos associados, gestão de grupos de baldios e formação profissional”.

Admissão de associados:

Primeiro: Poderão ser associados:

a) Indivíduos com mais de 18 anos, residentes ou não, com interesse em colaborar numa boa gestão do espaço florestal do concelho de Vinhais;

b) Os Conselhos Directivos de Baldios eleitos de acordo com a legislação em vigor e reconhecidos pela generalidade da respectiva povoação ou freguesia como representantes dos baldios em causa;

c) As Juntas de Freguesia que de direito e de facto, por delegação ou ausência do órgão referido na alínea anterior, administrem montes baldios situados dentro da sua área de jurisdição;

d) Demais Juntas de Freguesias;

e) Câmara Municipal e demais instituições supramunicipais, institutos, associações ou outros com interesses em matéria florestal.

Segundo: Os Associados podem ser: Efectivos, Auxiliares e Colaboradores Especiais.

a) São Associados Efectivos os referidos nas alíneas a), b) e c) do número anterior.

b) São Associados Auxiliares os referidos na alínea d) do número anterior.

c) São Associados Especiais os referidos na alínea e) do número anterior.

Terceiro: Os Associados a que se refere o número anterior que não sejam fundadores são admitidos pela Direcção, sob proposta escrita de um associado, cabendo recurso da deliberação para a primeira reunião da Assembleia Geral que a seguir se realizar.

Saída / exclusão de associados:

Primeiro: A qualidade de associado perde-se:

a) Por vontade do associado;

b) Por falta de pagamento da sua quota ou outra prestação por período superior a 1 ano;

c) Pela prática de uma conduta gravemente contrária aos Estatutos, ou que desprestige a BALVINHAIS, ou que perturbe gravemente o normal funcionamento, ou condutas, de actos ou omissões, manifestamente lesivos dos seus fins.

Segundo: Os membros só podem ser excluídos sob proposta subscrita por pelo menos 2 associados, apresentada à Assembleia Geral e aprovada por maioria de dois terços dos presentes.

Terceiro: O membro cuja exclusão seja proposta deve ser sempre convocado com antecedência nunca inferior a 10 dias, a fim de que forneça por escrito a defesa que entenda conveniente, sem prejuízo de na própria Assembleia poder usar também do direito de defesa.

Está conforme o original, declarando-se que da parte omitida, nada há que altere, modifique, restrinja ou amplie as especificações legais, da parte extractada.

25 de Outubro de 2007. — A Notária, *Maria José Gonçalves Maximino*.

2611068216

BANCO BAI EUROPA, S. A.

Balancete n.º 199/2007

Sede: Avenida de António Augusto Aguiar, 130, Lisboa.

Capital social: € 17 500 000

Registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa com o número de matrícula 11262.

Número de identificação de pessoa colectiva 505 274 922.

Balanços (NCA)

Em 30 de Setembro de 2007 e 31 de Dezembro de 2006

(Montantes expressos em euros)

	30 de Setembro de 2007		31 de Dezembro de 2006
	Valor antes de provisões, imparidade e amortizações	Provisões, imparidade e amortizações	
Activo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	13 980 012		2 823 880
Disponibilidades em outras instituições de crédito	13 863 067		21 987 612
Activos financeiros detidos para negociação	698 788	—	442 722
Activos financeiros disponíveis para venda	220 600	—	125 000
Aplicações em instituições de crédito	307 125 138	—	357 421 347
Crédito a clientes	34 687 838	(2 630 313)	23 347 956
Investimentos detidos até à maturidade	3 593 168	—	3 528 346
Outros activos tangíveis	1 224 931	(859 511)	440 655
Activos intangíveis	875 297	(830 093)	72 617
Investimentos em filiais e associadas	948 469	—	948 469
Activos por impostos diferidos	672 706	—	638 786
Outros activos	88 995	—	81 745
Total do activo	377 979 009	(4 319 917)	411 859 135

(Montantes expressos em euros)

	30 de Setembro de 2007	31 de Dezembro de 2006
Passivo		
Recursos de bancos centrais	1 470 941	572 370
Passivos financeiros detidos para negociação	410 944	331 557
Recursos de outras instituições de crédito	302 237 984	312 402 750
Recursos de clientes e outros empréstimos	46 099 717	77 833 345
Provisões	398 858	321 484
Passivos por impostos correntes	26 515	3 717
Passivos por impostos diferidos	29 144	117 321
Outros passivos subordinados	4 560 122	4 499 014
Outros passivos	1 484 406	970 095
Total de Passivo	356 718 631	397 051 653

(Montantes expressos em euros)

	30 de Setembro de 2007	31 de Dezembro de 2006
Capital Próprio		
Capital	17 500 000	17 500 000
Reservas de reavaliação	9 647	—
Outras reservas e resultados transitados	(2 692 516)	(2 925 943)
Resultado do exercício	2 123 330	233 425
<i>Total de Capital Próprio</i>	<u>16 940 461</u>	<u>14 807 482</u>
<i>Total de Passivo + Capital Próprio</i>	373 659 092	411 859 135

22 de Outubro de 2007. — A Administradora Executiva, *Paula Gray*. — A Técnica Oficial de Contas, *Maria de Lurdes*.

2611067289

C. A. M. I. — CLUBE AVENTURA DO MINHO**Anúncio (extracto) n.º 8536/2007**

Certifico que por escritura de vinte de Agosto de dois mil e sete, lavrada de folhas quarenta e quatro a folhas quarenta e quatro verso do livro “22-A”, deste Cartório, foi constituída uma associação com a denominação C.A.M.I — Clube Aventura do Minho, com sede na Avenida das Caldas, Centro Comercial Foto Aliança, freguesia e concelho de Monção, que se rege, entre outras, pelas seguintes cláusulas:

Objecto:

1 — A Associação tem por objecto a promoção, e a prática de actividades desportivas, nomeadamente:

- Colaboração e facilitação de uma prática regular de actividades desportivas radicais e de aventura;
- Organização de provas de competição e a sua divulgação;
- Participação na formação dos praticantes através da frequência de estágios, encontros, competições ou similares;
- Apoio à presença de sócios nas competições organizadas por outras colectividades ou entidades;
- Manutenção de contactos com organismos nacionais ou estrangeiros com vista à prossecução dos seus objectivos;
- Sensibilização e colaboração com outras associações, organismos, instituições públicas ou não, para a prática de actividades desportivas;
- Promoção de convívios entre os membros da associação e os seus praticantes;
- Organização de outras quaisquer actividades de carácter social, desportivo, artístico ou similar.

2 — Para atingir os seus objectivos, a Associação propõe-se:

- Promover convívios culturais, desportivos, recreativos e outras iniciativas sociais;
- Implementar as actividades de carácter social e lúdico que venham a ser consideradas úteis para os associados.

Associados:

Haverá as seguintes categorias de associados:

- Fundadores — todos aqueles que estiverem presentes na escritura de constituição ou na primeira Assembleia geral;
- Honorários — os indivíduos ou entidades que, tendo prestado relevantes serviços à Associação, hajam merecido essa distinção por voto aprovado pela maioria da Assembleia geral;
- Efectivos — os indivíduos ou entidades que reúnam condições de o ser, sendo aprovada a sua admissão em reunião de Direcção, por proposta de qualquer associado.

Direcção:

1 — A Direcção é constituída por três elementos, sendo um presidente, um vice-presidente, e um secretário;

2 — O cargo de Presidente da direcção, será exercido vitaliciamente e permanentemente pelo associado fundador Rui Nuno de Sousa Loureiro.

3 — A forma de convocação e funcionamento da Direcção é a prevista no artigo 171º do Código Civil.

4 — São funções da Direcção:

- Executar as deliberações da Assembleia geral;
- Organizar e superintender a actividade da Associação;
- Exercer as demais funções previstas na lei, nos presentes estatutos e no regulamento interno da Associação;

d) Elaborar os planos de actividades, relatórios e contas, a submeter à aprovação da Assembleia geral.

5 — A associação obriga-se com a intervenção do Presidente da Direcção:

20 de Agosto de 2007. — O Notário, *Alex Jan Himmel*.

2611067293

CASA DO POVO DO CONCELHO DE CADAVAL**Anúncio (extracto) n.º 8537/2007**

Certifico, narrativamente para efeitos de publicação, que por escritura de treze de Março de dois mil e sete, lavrada a folhas oitenta e quatro e seguintes, do livro de notas para escrituras diversas número cento e sessenta e seis-D, do Cartório Notarial de Cadaval, a cargo do notário Licenciado Eduardo Andrade Silva Vieira, foram alterados os estatutos da Associação denominada Casa do Povo do Concelho de Cadaval, com sede na Rua Dr. José Joyce Damas Mora, vila, freguesia e concelho de Cadaval, que se transcrevem:

CAPÍTULO I**Denominação, sede e fins**

Artigo 1.º

Natureza

A Casa do Povo do Concelho de Cadaval, adiante designada por Casa do Povo, é uma pessoa colectiva de utilidade pública, de base associativa, constituída por tempo indeterminado, com o objectivo de promover o desenvolvimento e bem-estar da comunidade e rege-se pelos presentes estatutos e pelas disposições legais aplicáveis.

Artigo 2.º

Sede e área

1 — A Casa do Povo tem a sua sede na Rua Dr. José Joyce Damas Mora, na vila, freguesia e concelho do Cadaval, distrito de Lisboa e abrange todas as freguesias do concelho do Cadaval

2 — A Casa do Povo pode criar delegações na área abrangida.

Artigo 3.º

Objecto

A Casa do Povo tem por objecto desenvolver actividades de carácter social, cultural e desportivo, com a participação dos interessados, e colaborar com entidades públicas e privadas, proporcionando-lhes o apoio que em cada caso se justifique, por forma a contribuir para a resolução dos problemas da população, no que concerne:

- Ao desenvolvimento e integração económico-social da comunidade local;
- À promoção social, cultural, moral, profissional e valorização física dos seus associados;
- Ao apoio a crianças, jovens e idosos da comunidade local;